

DÍVIDAS Públicas COMEÇAM A SER PAGAS

Estados se comprometem

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e representantes de onze Estados assinam hoje, em Brasília, o termo de compromisso pelo qual será retomado imediatamente o pagamento da dívida contratual que os governos estaduais têm com a União. Este será o primeiro passo concreto para o refinanciamento da dívida de US\$ 20 bilhões que os Estados possuem junto a instituições financeiras federais, especialmente a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os Estados que irão retomar hoje os pagamentos são Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Ceará, Amazonas e Pará. Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, até o início da noite de ontem haviam confirmado presença na solenidade de assinatura o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e o do Ceará, Ciro Gomes.

Carvalho afirmou que a assinatura do termo de compromisso é um marco importante para o Plano de Ação Imediata (PAI), lançado há pouco mais de dois meses. "Mais do que declararmos intenções, vamos assinar um acordo que representará a retomada efetiva do relacionamento financeiro entre a União e os Estados".

Apenas para a Caixa Econômica Federal, os onze Estados irão pagar hoje o equivalente a US\$ 38 milhões (CR\$ 3,3 bilhões) em amortizações de financiamentos concedidos em diversas áreas. Estarão também recebendo pagamentos o BNDES, Banco do Brasil, Banco Central, Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e o Banco da Amazônia (Basa).

Amortização

SÃO 240 PARCELAS MENSAIS

Os Estados começarão a pagar hoje a primeira de um total de 240 parcelas mensais de amortização (vinte anos). As taxas de juros cobradas são resultado de uma média dos percentuais previstos em cada contrato e o valor do refinanciamento refere-se à dívida consolidada até 30 de junho de 1993.

As parcelas continuarão a ser pagas até a assinatura do contrato definitivo de rolagem da dívida. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, previu que os contratos definitivos serão assinados dentro de 90 dias. Até lá, duas etapas ainda precisam ser vencidas. O Congresso precisará aprovar projeto de lei que definirá os critérios definitivos de rolagem das dívidas, incluindo aí as mobiliárias. Segundo Carvalho, a aprovação deverá ocorrer até o final de setembro, porque foi feito um acordo entre o governo federal, Estados e o relator da matéria, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

A outra etapa refere-se à resolução que o Senado terá ainda de baixar definindo o percentual máximo de comprometimento das receitas próprias dos Estados na amortização das suas dívidas contratuais e mobiliárias. O governo federal deseja que os Estados comprometam 11% de suas receitas anuais para a amortização das dívidas refinanciadas. A maior parte dos Estados reivindica um comprometimento de 7%.